

Estado e economia na Primeira República

Alguém já disse, com razão, que todo brasileiro é, ou gostaria de ser, técnico de futebol. Basta a seleção brasileira jogar para todo mundo começar a dar palpite. Somos grandes palpiteiros.

Ultimamente, uma das manias nacionais tem sido falar também sobre a economia brasileira. Em todos os telejornais existe a figura do comentarista econômico. Muitos de nós já estão mais familiarizados com a difícil linguagem dos economistas, o “**economês**”. Nestes tempos de sucessivos planos econômicos, de forte presença do Estado na definição dos rumos da economia, muitos sabem que qualquer medida do governo pode afetar a vida de muita gente. É natural, por conseguinte, tanto interesse.

Na Primeira República, a história era outra. Política econômica era um tema para poucos. O café era o eixo fundamental da nossa economia, e o poder público interferia bem menos que nos dias de hoje.

Nesta aula, veremos como o Estado se fazia presente naquela economia agroexportadora. Examinaremos ainda os principais fatores responsáveis pela expansão da indústria nas primeiras décadas do século XX.

Salvar o café

O Império caiu, mas o “rei café” não perdeu a majestade. Na década de 1890, a produção cafeeira viveu um crescimento vertiginoso. A produção média aumentou de 6,5 milhões de sacas entre 1891 e 1895 para 11,7 milhões entre 1896 e 1902.

Esse fato certamente está relacionado, entre outros fatores, ao aumento da procura do produto no plano internacional e, ainda, ao grande movimento de imigração naquela última década do século XIX.

Entre 1888 e 1900 [ingressaram no Brasil] cerca de 1.400.000 pessoas, das quais 890.000 se fixaram em São Paulo.

João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio*, p. 124

Estava finalmente equacionado o problema da falta de braços para a lavoura cafeeira, que por muito tempo havia atormentado o espírito dos produtores.

Abertura

Movimento

A euforia expansionista logo enfrentaria problemas. O grande aumento da produção, ao lado da diminuição da procura, foi responsável por uma queda acentuada dos preços no mercado internacional. O recurso utilizado para compensar as perdas eram as constantes desvalorizações da moeda nacional que ocorriam naqueles difíceis anos iniciais da República.

Em tempo

Desvalorizar nossa moeda quer dizer que ela valerá menos em relação à moeda de outro país, no caso, o dólar.



Pintura a óleo de Cândido Portinari

Deflacionar quer dizer diminuir a quantidade de dinheiro em circulação. Quanto mais dinheiro houver em circulação, maior a chance de aumentar a inflação.

A desvalorização da moeda nacional tem reflexos importantes na economia de um país. Um deles é o encarecimento dos produtos importados, o que prejudica os importadores e consumidores desses bens.

Já para os exportadores, a desvalorização torna-se lucrativa, pois lhes garante mais recursos na conversão da moeda internacional pela nacional.

Assim, naqueles tempos de queda nos preços do café, a desvalorização da moeda era muito bem vista pelos cafeicultores. Dessa forma, eles podiam manter suas margens de lucro. Isso não ocorreria se houvesse uma política de valorização da moeda, pois eles seriam obrigados a arcar com seus prejuízos.

Essa situação, no entanto, não durou muito tempo. Na gestão do presidente Campos Sales (1898-1902), adotou-se um rígido programa econômico voltado para enfrentar os problemas decorrentes do desequilíbrio das contas do governo e da virtual incapacidade do país de honrar seus compromissos externos.

Para isso, Campos Sales obteve um empréstimo externo de 10 milhões de libras. Em troca, o governo comprometeu-se a acertar as contas externas e a estabilizar a economia por meio de uma política contencionista, **deflacionária**, que retirava parte do papel-moeda de circulação.

Isso significava, também, uma política de **valorização da moeda**. Essa política, como sabemos, afetava a já **debilitada** economia cafeeira.

A situação do café tornou-se ainda mais crítica no governo de Rodrigues Alves (1902-1906). A queda acentuada de preços não abalou a decisão do presidente da República, que se recusava a proteger o produto por meio da desvalorização da moeda ou de qualquer outro mecanismo de natureza econômica.

Diante disso, os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniram-se na cidade paulista de Taubaté para adotar uma nova política cafeeira. Foi então assinado o **Convênio de Taubaté** (1906), que estabeleceu as seguintes diretrizes:

- a crise era de tal ordem que se fazia necessária a **intervenção do poder público no mercado**;
- os Estados deveriam obter um empréstimo externo para **comprar e estocar os excedentes de café**;
- era necessário criar mecanismos que impedissem a **excessiva valorização da moeda e novas crises de superprodução**.

Esboçava-se aí uma **política de valorização do café**. Mas, como os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro não assumiram de fato a orientação do convênio, São Paulo tratou de agir. Obteve empréstimos externos e,

em fim de 1907(...) comprou cerca de 8,2 milhões de sacas [de café], que foram armazenadas nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos.

Boris Fausto, História do Brasil, p. 267

Só em 1908, no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909), o governo federal avalizou o empréstimo de 15 milhões de libras que o Estado de São Paulo requereu para intervir com maior rigor no mercado do café.

Os resultados foram imediatos. Já em 1909, os preços começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912. O sucesso do empreendimento consolidou a presença federal no setor cafeeiro. As crises do café, a partir de então, deixaram de ser apenas um problema dos cafeicultores e do Estado de São Paulo: transformaram-se em uma questão nacional, assumida pelo governo federal.

A força dos interesses cafeicultores expressou-se também em 1921, quando novamente o governo federal interveio no mercado e promoveu novas **valorizações do produto**.

Em síntese, como se percebe, não foram muito fáceis as relações do governo federal com os interesses do café. Entre 1898 e 1906, o poder público federal optou por adotar ou manter programas de estabilização econômica. Com isso, teve de enfrentar fortes pressões do setor cafeeiro, interessado em medidas que protegessem o produto, como a desvalorização da moeda. Após o Convênio de Taubaté, o setor obteve vitórias expressivas até assegurar a garantia do governo federal.

A partir daí, a política econômica brasileira adotou uma postura de maior proteção ao café até meados da década de 1920, quando o Estado de São Paulo assumiu a defesa permanente do produto.



Fazendeiro de café inspeciona a plantação.

Nas próximas aulas, você verá que ocorreram novos embates entre o setor cafeeiro e o governo federal no final da década de 1920.

Tudo isso nos leva a duas importantes conclusões sobre as relações do Estado com os interesses cafeeiros nas primeiras décadas republicanas. Primeira: eram inegáveis a força e a importância do setor cafeeiro, que teve na elite política paulista seu principal porta-voz. Segunda: não houve, por parte do governo federal, mesmo nos governos de presidentes paulistas, uma defesa intransigente e permanente do café. Ocorreu o que o economista Winston Fritsch chamou de uma “política cambiante”, que ora agia no sentido de garantir o equilíbrio econômico, ora protegia o café (Winston Fritsch, *Sobre as interpretações tradicionais sobre a lógica da política econômica na Primeira República*, p. 342).

Isso nos leva a crer, portanto, que o governo federal, mesmo reconhecendo a força do café e atendendo várias vezes às suas reivindicações, não podia deixar de levar em conta o equilíbrio econômico – e outros interesses que também o pressionavam, no plano externo e interno.

Pausa

Explique o que você entendeu por política de valorização do café.

Expansão industrial e urbana

Na passagem do século XIX para o século XX, outros produtos primários se destacaram na nossa pauta de exportações. Dois deles merecem ser citados: o cacau e a borracha. O primeiro cresceu no sul da Bahia, embalado pelo aumento do mercado externo.

A produção baiana atingiu a marca de 13.000 toneladas, recriando passageiramente, com as importações inglesas, a prosperidade dos latifundiários daquela região. Logo depois [por volta de 1900], os ingleses, que haviam investido na Costa do Ouro, sua colônia, deixaram de importar, o que levou à estagnação e à crise da produção baiana.

Francisco Alencar e outros, *História da sociedade brasileira*, p. 191

A produção da borracha na Amazônia não foi muito diferente da do cacau baiano. Após um breve período de grande expansão, que se prolongou do fim do século passado até 1914, a produção entraria em franca decadência como resultado da forte concorrência externa das colônias inglesas, francesas e holandesas.

Mas, se nessas regiões parecia que a história brasileira se repetia como nos tempos da América portuguesa, em algumas grandes cidades do Sudeste a situação era bem diferente.

Vivia-se uma época de transformações nos costumes, no comportamento, muito impulsionadas pelas novas tecnologias e pelo clima de otimismo que aqui chegavam.

Era a época do progresso, no mundo e no Brasil.

Em tempo

A euforia tomou conta do planeta. (...) Os povos saúdam, cheios de encantamento, o advento do século XX.

(...) De repente, após milênios de civilização, o homem tinha em seu poder engenhos inacreditáveis: um carro que anda sem precisar de cavalos, um fio que instantaneamente transmite mensagens de um continente a outro, uma lâmpada sem gás, nem pavio, um aparelho para conversar com pessoas a longa distância, outro para tirar retratos perfeitos como um espelho, (...) uma tela mágica onde são projetadas imagens de pessoas, bichos e coisas movendo-se animadamente, igualzinho à vida real... E para coroar este festival de deslumbramento, vira realidade o mais caro sonho do ser humano: voar!

Nosso Século: 1900-1910, p. 55

Em meio a tudo isso, cresciam também as atividades industriais, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pouco a pouco, a economia agroexportadora brasileira se modernizava.

Na Aula 18, vimos que, na segunda metade do século XIX, surgiram alguns empreendimentos industriais. No final do século, com o avanço da imigração estrangeira, a atividade industrial brasileira ganhou corpo. As cidades cresciam de importância e, com elas, ampliava-se o mercado consumidor.

Foi na maior dessas cidades, o Rio de Janeiro, que a atividade industrial se desenvolveu com maior força naquele final do século XIX e início do século XX.

Além do mercado consumidor em franca expansão, havia, na capital federal, comerciantes e banqueiros que se interessavam em investir parte de seus capitais em novas atividades, como as industriais.



Expansão urbana no começo do século XX.

Fonte: *Nosso Século*

Formaram-se, assim, tanto grandes fábricas produtoras de tecidos e cerveja e grandes moinhos de trigo como pequenas e médias oficinas produtoras de calçados.

Em São Paulo, a indústria também acompanhou a expansão da cidade. Boris Fausto afirma que, de 1890 para 1900,

a população paulistana passou de 64.934 para 239.820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em dez anos...

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 286

Esse espetacular crescimento se relacionava ao enorme impulso que o café alcançara nas terras paulistas naquela passagem do século XIX para o XX. E, **à sombra do café, cresceria a indústria paulista.** Vejamos como isso ocorreu.

Como você já deve saber, formou-se em São Paulo um conjunto de atividades econômicas que giravam em torno do café. Alguns autores chamaram esse conjunto, que envolvia a produção, a distribuição, o financiamento e a comercialização do produto, de **complexo cafeeiro**.

Todas essas atividades foram fundamentais para a criação de fatores responsáveis pela expansão industrial. Por exemplo: com a grande imigração para as atividades cafeeiras, criava-se um mercado consumidor para os produtos industriais; com a expansão das estradas de ferro, ampliava-se o mercado para o interior do Estado.

Além disso, os capitais investidos no café passaram também a ser aplicados na indústria.



Fábrica em São Paulo.

Em tempo

O papel dos imigrantes na industrialização de São Paulo foi dessa forma descrito por Boris Fausto:

Os imigrantes surgem nas duas pontas da indústria, como donos de empresa e operários. (...) Eles tiveram um papel fundamental nas empresas manufatureiras da cidade de São Paulo, nas quais, em 1893, 70% de seus integrantes eram estrangeiros.

Boris Fausto, *História do Brasil*, p. 287

A indústria paulista, que pela força do café logo tornou-se a mais importante do país, também se caracterizou como uma indústria de bens de consumo não-duráveis (tecidos, alimentos).

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), esses ramos da indústria brasileira ganharam maior força. O conflito internacional diminuía a concorrência externa e permitia uma ocupação maior do mercado brasileiro por produtos nacionais.

Mas foi apenas no pós-guerra que se iniciou um processo mais consistente de mudança do perfil limitado da nossa indústria. Na década de 1920, foi criada a primeira indústria siderúrgica no país, a Belgo-Mineira. Iniciava-se assim a implantação da chamada **indústria de base**, fundamental para romper com a dependência externa e garantir um ritmo mais acelerado de desenvolvimento.

Chamamos indústria de base aquela que cria as condições para o desenvolvimento industrial. São as que operam a extração de minérios para outros setores industriais.

Em tempo

Você saberia dizer quais são os limites de uma industrialização baseada apenas nos bens de consumo não-duráveis?

Sabe de cabeça?

Ótimo! Responda logo para não esquecer.

Não sabe ainda? Pense um pouco, discuta com seus companheiros de trabalho, pesquise nos livros de História.

Últimas palavras

Para finalizar, voltemos ao Estado.

O Estado procurou, muitas vezes, proteger o café. O que dizer de sua relação com a indústria? O Estado também protegeu, ou simplesmente desconheceu a importância das atividades industriais?

Essa é uma antiga controvérsia entre os historiadores, que se prolonga até hoje. Há os que afirmam o caráter inteiramente antiindustrializante da política governamental, e os que dizem que não era bem assim, que a política de desvalorização do câmbio encarecia os produtos importados e assim defendia a indústria nacional.

Em um ponto, porém, há consenso: **não havia uma política de estímulos à indústria**. Ela não era a prioridade do governo naquelas décadas de predomínio da agroexportação.

Na próxima aula, estudaremos um pouco a vida da sociedade industrial brasileira: o empresariado e o mundo do trabalho. Não perca!

Exercícios

Exercício 1

Releia o item **Expansão industrial e urbana** e explique a frase contida no texto da aula: "...à sombra do café, crescerá a indústria paulista".

Exercício 2

Releia o item **Salvar o café** e explique por que os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro promoveram uma ampla intervenção no setor cafeeiro no governo do presidente Rodrigues Alves.